

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CONTEXTO DE PRODUÇÕES

RURAL EDUCATION AND TEACHER TRAINING IN THE PRODUCTION CONTEXT

EDUCACIÓN RURAL Y FORMACIÓN DOCENTE EN EL CONTEXTO PRODUCTIVO

Jéssika Nogueira da Silva ¹
Célia Beatriz Piatti ²

Manuscrito recebido em: 30 de janeiro de 2023.

Aprovado em: 09 de maio de 2023.

Publicado em: 14 de junho de 2023.

Resumo

Apresenta-se resultado de um estado do conhecimento oriundo da pesquisa Formação de professores para as escolas do campo: um estudo em dissertações e teses. Demarca-se o período de 2012 a 2021, elegendo-se as dissertações e as teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação das universidades federais da região Centro-Oeste. Os resultados apontam trabalhos com temáticas aliadas aos descritores: educação no/do campo/formação de professores; Escola do/no campo/políticas públicas para a formação de professores; e Escola do/no campo/formação de professores inicial e continuada. Conclui-se que as produções revelam os princípios e as concepções que fundamentam a formação de professores, demarcando tempo e espaço com possibilidade de interpretação da Educação do Campo no sentido de afirmar a importância de compreender a formação de professores nesse contexto, pois tal compreensão implica buscar apreender os tensionamentos e as contradições que estão presentes na realidade do campo e, portanto, envolve a escola que está no campo e a atuação dos professores nessas escolas, fato que promove uma consciência de sua ação em sua função, como consciência de sua condição de sujeito político e histórico.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Formação de professores; Estado do conhecimento.

Abstract

It presents the result of a state of knowledge arising from the research Training of teachers for rural schools: a study in dissertations and theses. The period from 2012 to 2021 is demarcated, choosing the dissertations and theses produced in the Graduate Programs of federal universities in the Midwest region. The results point to works with themes allied to the descriptors: education in/from the field/teacher training; School of/in the countryside/public policies for teacher training; and School in/in the countryside/initial and continuing teacher training. It is concluded that the productions reveal the principles and concepts that underlie teacher training, demarcating time

¹ Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora na Rede Municipal de Educação Campo Grande.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4911-2073> Contato: jessika_nogueira@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do grupo de estudos e pesquisa em formação de professores.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2733-8218> Contato: celiabpiatti@gmail.com

and space with the possibility of interpreting Rural Education in the sense of affirming the importance of understanding teacher training in this context, as such understanding implies seek to apprehend the tensions and contradictions that are present in the reality of the countryside and, therefore, involve the school that is in the countryside and the performance of teachers in these schools, a fact that promotes an awareness of their action in their function, as an awareness of their condition of a political and historical subject.

Keywords: Rural Education; Teacher training; State of knowledge.

Resumen

Presenta el resultado de un estado de conocimiento surgido de la investigación Formación de profesores para escuelas rurales: un estudio en disertaciones y tesis. Se delimita el período de 2012 a 2021, eligiendo las disertaciones y tesis producidas en los Programas de Posgrado de las universidades federales de la región Centro-Oeste. Los resultados apuntan para trabajos con temáticas afines a los descriptores: educación en/desde el campo/formación de profesores; Escuela de/en el campo/políticas públicas de formación docente; y Escuela en/en el campo/formación docente inicial y continua. Se concluye que las producciones revelan los principios y conceptos que subyacen a la formación docente, demarcando tiempo y espacio con la posibilidad de interpretar la Educación Rural en el sentido de afirmar la importancia de comprender la formación docente en este contexto, pues tal comprensión implica buscar aprehender la tensiones y contradicciones que están presentes en la realidad del campo y, por tanto, involucran la escuela que está en el campo y la actuación de los docentes en estas escuelas, hecho que promueve una conciencia de su acción en su función, como conciencia de su condición de sujeto político e histórico.

Palabras clave: Educación Rural; Formación de profesores; Estado del conocimiento.

Introdução

Este artigo versa sobre o resultado de um estado do conhecimento realizado a partir da pesquisa Formação de professores para as escolas do campo: um estudo em dissertações e teses³, cujo objetivo é apresentar a produção científica referente à formação de professores em dissertações e teses procedentes dos Programas de Pós-Graduação de universidades federais da região Centro-Oeste e publicadas no período de 2012 a 2021. O estado do conhecimento pode ser concebido como “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área em determinado espaço de tempo.” (MOROSINI *et al*, 2021, p. 21-22).

³ Tese que se insere na pesquisa: Formação de professores e gestores de escolas do campo em territórios camponeses e quilombola em regiões de Mato Grosso do Sul financiada pelo CNPq- chamada nº 40/2022 - Linha 1A - Projetos Individuais - Pesquisa em temas livres em Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Para Ferreira (2002), essa metodologia é definida como de caráter bibliográfico e parece trazer “[...] em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento” (FERREIRA, 2002. p. 2). A mesma autora afirma também que essa metodologia visa responder a aspectos e dimensões que são destacados e privilegiados “[...] em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.” (FERREIRA, 2002, p. 2).

Ainda na busca de compreender o objetivo de um mapeamento dessa natureza, observa-se em Romanowski e Ens (2006, p. 41) que esses estudos são justificados por possibilitar “[...] aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes.”

Em virtude do crescimento exponencial da pós-graduação no Brasil nas últimas décadas, houve um aumento da produção acadêmica. Frente a isso, compreende-se a necessidade de mapear tais estudos no sentido de reconhecer o que a formação docente no âmbito da educação do campo apresenta ao campo de estudos aqui em pauta.

Cabe ressaltar também a importância de se compreender a diferença entre a concepção de Educação do Campo e Educação no Campo e, para tanto, recorre-se a explicação de Caldart (2011, p. 149): “No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

É no rompimento do silêncio em relação às políticas públicas para a Educação do Campo que a expressão “Educação do Campo” tem origem, ou seja, na ruptura da expressão educação rural, em 1998, por ocasião da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Esse momento foi caracterizado como de intenso debate, revelando a possibilidade de implementar um projeto de desenvolvimento para o país que incluísse a população que vive no campo e que “[...] a educação, além de um direito faça parte dessa estratégia de inclusão” (CALDART, 2009, p. 22).

Ressalta-se que o paradigma da Educação Rural surgiu no âmbito das políticas governamentais, a partir da década de 1930, apresentado como dicotômico ao considerar o urbano/rural/científico/popular/moderno/atrasado, com o objetivo de “civilizar” o homem do campo com a finalidade de subordinar essa população à agricultura e à industrialização, atividades destinadas ao desenvolvimento de um país, cuja prioridade seria industrializar-se e urbanizar-se.

Pode-se inferir dessa constatação que, a partir desse período, o campo passou a ser tratado sistematicamente pelo Estado brasileiro “[...] com políticas compensatórias emergenciais, não se constituindo como um espaço prioritário para ação institucionalizada de políticas de estado estruturantes e estruturadoras de uma escola pública de boa qualidade” (SILVA, 2017, p. 186).

Nesse sentido, torna-se premente compreender a formação de professores na esfera da educação do Campo. Diante da compreensão dessa formação, é imprescindível formar professores conscientes da realidade que o campo apresenta e a escola, nesse espaço, inclui em sua organização a mesma lógica movida por essa realidade.

Posto isso, organizou-se esse estudo em seções que se iniciam na introdução, seguida dos itens Educação do Campo: breve reflexão; Formar professores em consonância à educação do campo; Produções de universidades públicas federais da região centro-oeste (2012-2021): um estudo em dissertações e teses; Em análise as dissertações e teses, finalizando com as considerações.

Educação do Campo: breve reflexão

A educação brasileira, como assevera Ribeiro (1993), tem uma história cuja característica materializa um projeto de sociedade capitalista, o qual se ampliou na ofensiva da classe dominante no que diz respeito aos sujeitos do campo. Isto ocorre em função da defesa de um projeto hegemônico, cujo objetivo visou à incorporação do capital financeiro internacional, via empresas transnacionais, com controle no mercado agrícola e nos recursos naturais.

Nesse sentido, cabe compreender a Educação do Campo e o lugar da escola do campo, pois os projetos educacionais voltados à população do campo sempre indicaram a conexão com projetos econômicos no sentido de fortalecer o capital. Como resultado, o que se observa é a organização de uma escola da elite no país, deixando grande parte da população à margem do acesso aos direitos políticos, civis e sociais, entre os quais situa-se o acesso à escolarização.

Discutir Educação do Campo nos remete a pensar em “[...] *um fenômeno da realidade brasileira atual*” (CALDART, 2012, p. 259. grifos da autora), uma vez que, de acordo com Cunha (2009, p. 289), a “Educação no Brasil, por muitos anos, desconsiderou a diversidade inerente ao país, deixando à margem do processo de formação todos os que divergiam dos parâmetros da cultura das elites”.

Para essa última autora, ao se desenvolverem as estratégias para a manutenção do sistema de dominação e exploração do país, “[...] a palavra de ordem na história da educação escolar brasileira seria unificar o Sistema educacional para atingir um controle maior de suas ações, as quais interferem diretamente nas relações sociais, políticas e econômicas” (CUNHA, 2009, p. 289-290).

Dessa forma, Caldart (2012, p. 259) afirma que a Educação do Campo “[...] é um conceito em construção sem se descolar do movimento que a produziu.” A autora defende que, nesse sentido, já pode configurar-se com uma categoria de análise da situação das práticas e das políticas de educação dos trabalhadores do campo: “Como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação” (CALDART, 2011, p. 259).

Ainda como categoria de análise, compreende-se que essa educação está inserida nesse sistema em que as relações entre a educação e a dinâmica social são tensas e contraditórias. Para Caldart (2011, p. 64), “[...] hoje no campo, como no conjunto da sociedade, predomina uma educação que conforma os trabalhadores a uma lógica que é de sua própria destruição como classe, como grupo social e cultural, como humanidade”.

A autora afirma que, para romper com a lógica instalada de subserviência às necessidades da reprodução do capital e da degradação das condições de vida humana, em todas as dimensões é preciso agir para instaurar um projeto/educação que coloque “[...] as famílias da classe trabalhadora em um movimento de alternativas abrangentes de trabalho, de vida, em um novo formato de relações campo e cidade, de relações entre os seres humanos, entre os seres humanos e a natureza” (CALDART, 2011, p. 64).

Sendo a educação um direito, é preciso levar em conta o que propõe em seu artigo 28 a LDBN: “[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente”:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 11)

A lei aponta a necessidade de criar e respeitar as especificidades do campo. Segundo Pires (2012), para se abordar a Educação do Campo é preciso considerar a participação dos movimentos sociais no campo como partícipes dessa construção, pois eles propiciaram espaços interinstitucionais e instrumentos normativos para sua consolidação.

A autora defende que, como consequência disso:

Há uma reconfiguração do mundo rural, e o debate e o movimento sobre a terra, o trabalho, a educação e a reforma agrária ganham nova força e visibilidade. Há pressão por políticas públicas para as populações que se encontram excluídas da vida produtiva e social, defendendo uma participação política efetiva. (PIRES, 2012, p. 107-108)

Considera-se que, nesse movimento tenso e contraditório em que se situa a escola do campo, esse espaço escolar ganha novas dimensões, novos sentidos e novos debates permeiam essa visão de campo e de escola do campo. Nessa direção, “[...] a concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da educação do campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação” (MOLINA; SÁ, 2013, p. 326).

Uma escola com essas características coloca-se “[...] numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora” (MOLINA; SÁ, 2013, p. 326). É uma escola que exige, frente ao seu processo histórico da luta de classe dos trabalhadores, o rompimento com as ideias instauradas na lógica do capital. Essa escola também exige posturas contra-hegemônicas com possibilidades de fortalecer e constituir uma identidade própria, reforçada pela necessidade de constituir-se escola, que cumpra a sua função e que se permita também ser lugar de luta, de debate de lideranças, de transformação social.

Isso só será possível se a Escola do Campo se articular e contribuir para “[...] o fortalecimento das lutas de resistência dos camponeses. É imprescindível garantir a articulação político-pedagógica entre a escola e a comunidade por meio da democratização ao acesso ao conhecimento científico” (MOLINA; SÁ, 2013, p. 328).

Dessa forma, torna-se imprescindível “Articular os conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar a partir do trabalho com a realidade, da religação entre educação, cultura e os conhecimentos científicos a serem apreendidos em cada ciclo da vida e de diferentes áreas do conhecimento” (MOLINA; SÁ, 2013, p. 329).

É fato que a “Educação do Campo nasceu tomando posição contra a lógica e o modelo de desenvolvimento gerador de assimetrias sociais, políticas e econômicas construídas historicamente no Brasil”. (SILVA, 2017, p. 193). Posto isso, importa articular tais questões à formação de professores, pois, ao formá-los para atuarem nas escolas do campo, afirma-se a necessidade de apropriação dos conhecimentos científicos, mas também da valorização da cultura, da educação, interligados em prol do fortalecimento das comunidades e de um projeto societário.

Formar professores em consonância à educação do campo

Refletir sobre a formação de professores requer olhar historicamente o processo de desenvolvimento humano, questão necessária para compreender como se formam os professores e em quais contextos se constituem esses profissionais.

A formação de professores requer indagações no sentido de compreender o desenvolvimento da sociedade e os processos formativos. Para tanto, no que diz respeito ao desenvolvimento histórico da sociedade e do desenvolvimento Leontiev (2004 p. 273) explica:

Quanto mais progride a humanidade, mais rica é a prática sócio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa. Razão por que toda a etapa nova no desenvolvimento da humanidade, bem como nos diferentes povos, apela forçosamente para uma nova etapa no desenvolvimento da educação: o tempo que a sociedade consagra à educação das gerações aumenta; criam-se estabelecimentos de ensino, a instrução toma formas especializadas, diferencia-se o trabalho do educador do professor; os programas de estudo enriquecem-se, os métodos pedagógicos aperfeiçoam-se, desenvolve-se a ciência pedagógica.

De acordo com o autor, a progressão da sociedade se dá por aspectos sociais e culturais, considerando que esses acumulativos históricos são fundamentais para que possamos compreender os processos em que se desenvolve a educação e, portanto, entender como ocorre a formação dos professores em consonância a esse desenvolvimento da sociedade.

Para Leontiev (2004, p. 293), numa sociedade dividida em classes há “[...] enormes diferenças e condições do modo de vida, da riqueza, da atividade material e mental, do nível de desenvolvimento das formas e aptidões intelectuais.” Afirma o autor que essa desigualdade

[...] não se refere às diferenças biológicas, mas é produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico. (LEONTIEV, 2004, p. 293)

Analisar a formação de professores implica investigar o complexo social do qual ela faz parte, objetivando desvelar a realidade em que esse campo está inserido. É nesse sentido que a formação de professores voltada para a Educação do Campo exige a formação de um professor que reconheça o papel fundamental de sua atuação no desenvolvimento dos estudantes, possibilitando que eles se apropriem do conhecimento científico, mas que também compreendam as contradições existentes no território

campesino advindas da aceleração do agronegócio⁴, do uso intensivo de agrotóxicos e da constante destruição do meio natural.

Esse entendimento possibilita a compreensão de que o campo comporta uma

Diversidade de agroecossistemas, etnias, culturas, relações sociais, padrões tecnológicos, formas de organização social e política, e da necessidade de fortalecer uma ruralidade pautada pela agricultura familiar/camponesa se contrapõe ao discurso hegemônico da modernização pela urbanização e pelo agronegócio. (SILVA, 2017, p. 193)

Tais questões materializam-se para perpetuar o capitalismo, pois este necessita criar mecanismos de alienação e controle. Dessa forma, reconhecendo atualmente o avanço que houve da extrema direita no país, observa-se, nesse momento histórico, o recrudescimento da precarização do trabalho convertido em suas formas mais avassaladoras, já que, para adaptar-se à sociedade e garantir sua sobrevivência, exige-se do indivíduo um espírito empreendedor, cujas características baseiam-se em um perfil criativo, proativo e inovador.

Assim, sustenta-se o pressuposto liberal da meritocracia e difunde-se a ideia de que todos podem tornar-se donos do próprio negócio, haja vista que, nessa perspectiva, a oportunidade de ascendência econômica é oferecida a todos os indivíduos indistintamente.

Ora, não seria possível dialogar sobre formação de professores, tampouco avançar nas análises, sem considerar o complexo sistema social. Não é possível ignorar todas as relações de exploração e submissão sem se considerar que estamos inseridos em um sistema no qual todos nós, da classe trabalhadora, somos atingidos.

Essas questões permitem pensar historicamente, levando ao entendimento de que os processos educativos revelam que os professores, no exercício do trabalho, precisam resistir a uma sociedade em que, por vezes, consideram significativas as possibilidades de “alienação” do trabalho em relação à existência social.

⁴ Agronegócio: Termo que expressa as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produções destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços (LEITE; MEDEIROS, 2013, p. 79).

Martins (2010, p. 16) esclarece que:

Ao longo do século XX, os ideais humanizadores da educação escolar; ainda que nos limites da humanização burguesa propalada nos primórdios da educação escolar; esvaem-se pelos meandros de sucessivas formas e reformas pelas quais se ordenou a sociedade do capital. Em estreita sintonia com essa ordem se estruturaram e se firmaram, de modo orgânico, os ideários pedagógicos que hegemonicamente nortearam, e continuam norteando, tanto a prática docente quanto (e para tanto!) a formação de professores.

No tocante à formação de professores, a mesma autora, ao analisar o legado educacional do século XX para tal formação, identificou que os debates acerca desse campo ampliaram-se consideravelmente a partir das décadas de 1970 e 1980, ganhando destaque com a promulgação da LBD n. 9394/1996. Afirma que há um hiato no que tange à formação *dever ser* e a realidade concreta a que os indivíduos – professores – estão inseridos e as dificuldades para sua real concretização.

Nesse sentido,

[...] o produto do trabalho educativo deve ser a humanização dos indivíduos, que, por sua vez, para se efetivar, demanda a mediação da própria humanidade dos professores. Conforme destacamos em outro trabalho (Martins, 2007), o objetivo central da educação escolar reside na transformação das pessoas em direção a um ideal humano superior, na criação das forças vivas imprescindíveis à ação criadora, para que seja, de fato, transformadora, tanto dos próprios indivíduos quanto das condições objetivas que sustentam sua existência social. (MARTINS, 2010, p.15).

A mesma autora (2010) tece considerações relevantes para se pensarem as diferenças entre o trabalho educativo e a ocupação profissional. O primeiro diz respeito ao fato de os trabalhadores desse campo serem responsáveis por desenvolverem as máximas potencialidades adquiridas pelo gênero humano, contribuindo para a humanização dos indivíduos. Já a segunda, relacionada à ocupação profissional, invertendo, de forma avassaladora, o produto do trabalho e convertendo a humanização em desumanização, em trabalho expropriado do ser, que o aliena e tira do indivíduo professor as condições de desenvolver-se dentro de sua própria humanidade.

A formação pode ser vista então como “[...] uma trajetória de formação de indivíduos, intencionalmente planejada, para a efetivação de determinada prática social” (MARTINS, 2010, p. 14). Depreende-se que o neoliberalismo converte a real formação, que possibilita a humanização dos indivíduos em uma lógica globalizante, pautada na ideologia mercantil internacional.

Nesse viés, a educação – e por que não a formação de professores – engendra-se em um campo de intenso domínio do capitalismo, que, nesse momento histórico, estrutura-se com vistas de controle à formação docente, restringindo a autonomia do professor e secundarizando uma sólida formação, que é necessária à prática social dos professores ao mero saber-fazer.

Essa ideia da formação de professores reproduz os interesses capitalistas ou, em outras palavras, o Estado – configurado para reproduzir os interesses do capital – organiza as diretrizes e elabora políticas públicas educacionais que orientam toda a educação e, conseqüentemente, a formação de professores.

Condicionada a essas imposições, as políticas são implementadas nos currículos escolares da Educação Básica e Superior e acabam por direcionar os caminhos que o processo formativo terá. Por fim, os currículos são operacionalizados nas salas de aula (seja das universidades ou das escolas de Educação Básica) com os estudantes, que reproduzem na sociedade o conhecimento alienante adquirido.

As considerações tecidas até o momento apontam a necessidade de não deslocar o objeto de pesquisa – formação de professores – da totalidade social, pois, conforme já explicitado, o campo educativo sofre diretamente as interferências das correntes hegemônicas do neoliberalismo, inserindo a formação de professores em um campo de intensa disputa. Tais conflitos ocorrem em um movimento dialético, em que o capital cria mecanismos de controle para impossibilitar que as classes menos favorecidas adquiram o conhecimento historicamente produzido e socialmente construído.

O posicionamento aqui exposto concebe o sujeito em sua concretude social, considerando-se que, entre tantas questões necessárias à discussão e ao debate referentes à educação do campo, a formação do professor exige ser investigada para que possa, cada vez mais, nos permitir repensá-la para esse lugar, o campo, que exige em sua dinâmica professores que entendam politicamente o seu papel frente às questões sociais que permeiam o campo e a escola do campo.

Um estudo em dissertações e teses: Produções de universidades públicas federais da região Centro-Oeste (2012-2021)

Importante ressaltar que, ao mapear as pesquisas, é possível o confronto crítico de vários elementos e de vários questionamentos. Conforme Ferreira (2002, p. 265), esse momento

[...] é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento.

Dessa forma, compreende-se que o estado do conhecimento deve “[...] buscar responder, além das perguntas ‘quando’, ‘onde’ e ‘quem’ produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a ‘o quê’ e ‘o como’ dos trabalhos” (FERREIRA, 2002, p. 265). Frente a esse entendimento, a busca foi realizada nos repositórios das universidades públicas federais da região Centro Oeste.

Cabe ressaltar que nas buscas foram encontradas pesquisas que versam sobre outras temáticas relacionadas à Educação do/no campo, as quais foram compiladas e separadas na categoria “outros temas.” Para este artigo, selecionamos as pesquisas que versam sobre os descritores “Educação do Campo/no campo/Formação de professores”, “Escola do/no campo/ políticas públicas para a formação de professores” e “Escola do/no campo/formação de professores inicial e continuada” tomando-os como objeto de análise.

Escolheu-se para a análise a seguinte questão: O que apresentam as dissertações e as teses sobre a formação de professores referentes à educação do campo? Na primeira fase, realizou-se a organização de um levantamento nos repositórios das universidades públicas federais da região Centro-Oeste, cujo objetivo foi o de quantificar o número de trabalhos já publicados no recorte temporal demarcado.

Na segunda fase, os dados foram compilados para análise, em banco de dados e de informações⁵ em formato de planilhas, tabelas, quadros, de forma a conferir ao material a relevância e a possibilidade de seu uso para análise qualitativa e quantitativa.

⁵ Considera-se banco de dados a organização dos dados brutos e o banco de informações o dado compilado e analisado.

Na terceira fase, fez-se a delimitação do material inventariado, bem como a elaboração e o preenchimento de uma planilha de identificação para a organização dos dados encontrados, contemplando os seguintes aspectos: tema; caracterização do material; identificação da referência completa; modalidade: tese ou dissertação; área de conhecimento; instituição orientadores e resumos.

Na quarta fase, foi elaborada a ficha analítica com a seleção de critérios de análise do material selecionado e preenchimento final da planilha mediante os indicadores de análise. Já na quinta fase, organizou-se um banco de informações com a análise de cada documento nas categorias analíticas: conceituação do fenômeno e seu contexto de produção; abordagem teórica adotada; metodologia empregada, resultados e relevância. Análise que ocorreu com a leitura dos títulos, resumos, ênfase nas palavras-chave e posterior leitura do material na íntegra.

E, por fim, realizou-se a análise das diferentes leituras presentes no material encontrado com o objetivo de desvelar as relações existentes no campo de estudo em questão. Para a organização dos dados, foram selecionados os três descritores em eixos. Eixo 1 - “Educação do Campo/no campo/Formação de professores”, Eixo 2 - “Escola do/no campo políticas públicas para a formação de professores” e Eixo 3 - “Escola do/no campo formação de professores inicial e continuada”. A organização dos descritores em eixos possibilita uma análise das unidades que compõem a investigação.

Em análise as dissertações e teses

Diante do resultado, tendo em vista a análise das dissertações e teses produzidas em universidades federais da região Centro-Oeste, é possível considerar o movimento da pesquisa em educação do campo com a ênfase na formação de professores em vista do recorte temporal em que foram identificados 34 trabalhos que respondesse à proposição de investigação. Referente ao eixo 1, foram encontradas 19 produções (16 dissertações e 3 teses); no eixo 2, foram 6 pesquisas (6 dissertações e 0 teses) e, no eixo 3, 9 produções (9 dissertações e nenhuma tese). É possível constatar que o maior número de produções se concentram em dissertações.

É importante salientar que as dificuldades de reconhecer as informações dos trabalhos em relação aos resumos são pontuais. Os resumos nem sempre permitem a compreensão do trabalho, tornando-se necessário, inicialmente, realizar a leitura deles na íntegra. O que se constata também é a ausência da abordagem teórica em alguns trabalhos.

A leitura desse material inventariado referente ao eixo 1, Educação do Campo/no campo/Formação de professores, apresenta o maior número de trabalhos, como consta no quadro 1

Quadro 1 - Número de teses e dissertações eixo 1

| Universidades | Trabalhos encontrados em consonância ao objeto em estudo |
|---------------|--|
| UFGD | 1 |
| UFMS | 4 |
| UFMT | 3 |
| UNB | 7 |
| UFG | 0 |
| UFCAT | 1 |
| UFR | 3 |
| Total | 19 |

Fonte: Autoras (2021).

Na leitura e análise do material encontrado, constata-se que o binômio – educação do campo e formação de professores está atrelado à ideia e à necessidade de uma formação política e social referente ao campo, bem como a seus conflitos e tensionamentos, questões importantes sobre o território camponês. Há ênfase na formação que, de fato, propicie aos estudantes a compreensão de território⁶ como espaço de oposição entre Educação do Campo e agronegócio.

É uma disputa de classes, ou seja, entre a classe trabalhadora camponesa e os empresários do agronegócio. As pesquisas trazem aproximações como o entendimento de que a classe trabalhadora é protagonista e que não há discussão do campo sem debater a questão agrária, da luta pela terra.

⁶ Considera-se território aqui, nesta discussão, uma unidade espacial, mas também o desdobramento dessa unidade, a qual é caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. (FERNANDES, 2013, p. 746).

Encontra-se também em discussão nos trabalhos temas que apontam que a licenciatura em Educação do Campo é uma conquista importante para a classe trabalhadora camponesa, pois é instrumento de luta para a organização das escolas do campo e de luta para a sua manutenção, uma vez que há contínuo fechamento dessas escolas.

No eixo 2, Escola do/no campo/ políticas públicas para a formação de professores, o quantitativo de trabalhos é evidenciado no quadro 2

Quadro 2 - Número de teses e dissertações eixo 2

| Universidades | Trabalhos encontrados em consonância ao objeto em estudo |
|---------------|--|
| UFGD | 1 |
| UFMS | 5 |
| UFMT | 1 |
| UNB | 1 |
| UFG | 0 |
| UFCAT | 1 |
| UFR | 0 |
| Total | 9 |

Fonte: Autoras (2021).

Os trabalhos encontrados discutem, em geral, as políticas de formação voltadas para o campo, trazendo, principalmente, discussões referentes às licenciaturas em educação do campo e, portanto, o Procampo como política indutora de tais licenciaturas, assim como uma conquista para a Educação do Campo. Nesse eixo, há ênfase na formação via regime de alternância, que tem propiciado o acesso dos licenciandos à formação, sua permanência e a conclusão dessa formação. Há também um debate referente à necessidade de políticas públicas que, além de propiciar a formação para professores atuarem em anos finais e Ensino Médio, sejam ampliadas para a formação nos anos iniciais. Outro ponto importante de discussão é o distanciamento dos movimentos sociais nas demandas referentes a educação do campo, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST.

No quadro 3, está disposto o número de trabalhos encontrados no eixo 3, “Escola do/no campo / formação de professores inicial e continuada”.

Quadro 3 - Número de teses e dissertações eixo 3

| Universidades | Trabalhos encontrados em consonância ao objeto em estudo |
|---------------|--|
| UFGD | 1 |
| UFMS | 5 |
| UFMT | 1 |
| UNB | 1 |
| UFG | 0 |
| UFCAT | 1 |
| UFR | 0 |
| Total | 9 |

Fonte: Autoras (2021).

Fica evidente nas pesquisas que a educação continuada ainda precisa ser alvo de investigação, uma vez que os trabalhos gravitam em torno de práticas educativas e pedagógicas, na perspectiva de encontrar, principalmente nos egressos das licenciaturas em Educação do campo, os resultados da formação advinda de tais licenciaturas. As pesquisas revelam aproximações e distanciamentos dos princípios da Educação do Campo nas práticas pedagógicas. Há a discussão premente das dificuldades encontradas nas atividades realizadas em salas multisseriadas e a afirmativa de que é necessário a superação da dicotomia entre teoria e prática, visando a sua indissociabilidade fundamentada na práxis.

Em relação à formação inicial, a ênfase recai sobre a formação nas licenciaturas em Educação do Campo, particularmente em relação aos desafios e entraves para manter os cursos em sua organização e princípios de origem no interior das universidades. Discute-se também a ausência dos movimentos sociais, pois a organização advinda desses movimentos e seu caráter educativo contribuem para firmar os processos de construção coletiva que se pautam nos princípios acumulados em sua prática pedagógica.

Importa, neste espaço, destacar os pontos que se considera mais relevantes e que podem contribuir para o avanço das pesquisas, pois foram encontradas questões necessárias ao debate contínuo e para além do conhecimento, que contribuam para a produção de novas pesquisas, permitindo conhecer o que está em pauta nas pesquisas da região Centro Oeste.

Considerações finais

Importante reflexão se faz ao compreender, frente aos trabalhos mapeados, que os princípios e as concepções que fundamentam a formação de professores, tanto inicial como do professor egresso da licenciatura já em exercício, devem ser permeados pela indissociabilidade na relação teoria-prática como fundamento da práxis pedagógica, como também pelo trabalho coletivo, pelo regime de alternância no ensino superior, pela necessidade da relação entre universidade e movimentos sociais e pelo desenvolvimento de consciência política no processo de formação. Conclui-se que as produções revelam os princípios e as concepções que fundamentam a formação de professores, demarcando congruências nas concepções apresentadas e explicitando os percursos delineados no processo de construção do conhecimento referentes à temática em pauta.

É frente à possibilidade de interpretação da Educação do Campo que é preciso afirmar a importância de compreender a formação de professores nesse contexto, pois tal compreensão implica buscar apreender os tensionamentos e as contradições que estão presentes na realidade do campo e, portanto, envolve a escola que está no campo e a atuação dos professores nessas escolas.

É fato que as Licenciaturas em Educação do Campo contribuem para que os futuros professores se constituam no movimento de garantia de espaços educativos próprios, que geram a sua capacidade organizativa e seu pensamento autônomo junto ao coletivo pedagógico da escola.

Entende-se que é necessário investimento no campo de estudos para situar a Educação do Campo e a formação de professores. Nesse sentido, ampara-se em Caldart (2009) que, ao discutir sobre a Educação do Campo, busca ser fiel aos seus objetivos de origem. É necessário um olhar de totalidade, em perspectiva, primeiro com uma preocupação metodológica sobre como interpretá-la; em segundo lugar, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas.

Referencias

BRASIL, LDB. Lei 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes Acesso em: 20 abr. 2022.

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v.7, n.1, p.35-64, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/jj/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 de agosto de 2022.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CUNHA, M. C. (org.). **Gestão Educacional nos Municípios**: entraves e perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf> Acesso em 19 ago. 2022.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257-272, 2002.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do campo**. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2013. p.746-749

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do campo**. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2013. p.79-85.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/ysnm8> Acesso em: ago.2022.

MOLINA M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do campo**. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2013. p.324-331.

MOROSINI, M.; SANTOS, P. K.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

PIRES, A. M. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção e Educação de Direitos Humanos v. 4).

SILVA, M. S. Educação do Campo e políticas educacionais: avanços, contradições e desafios. In: URT, S. da C. (org.). **Políticas Educacionais e formação**: produção, projetos e ações em educação. Campo Grande: Editora Oeste, 2017.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 13ª ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v.6, n.19, p.37-50, 2006.